

Coordenação de Armindo Rodrigues

Autor:

Carmen Andrade
Hélia Guerra
Luís Mendes Gomes
Nuno Bem

Saúde = Ação Humana + Tecnologia + Inovação

A partilha de registos de saúde de um cidadão entre diferentes organizações de saúde, nacionais ou transnacionais, pode conduzir a uma prestação de cuidados de saúde mais eficiente e eficaz, devido à disponibilidade da informação no momento e no local onde é necessária.

Vários países têm desenvolvido projetos com este objetivo, promovendo a coordenação entre as fontes de informação de saúde nas diversas unidades de prestação de cuidados de saúde e o seu governo. Alguns destes projetos incluem o desenvolvimento de normas nacionais de e-saúde e a definição dos requisitos de uma infraestrutura para

migração e integração de dados, previamente armazenados nos sistemas existentes, em conformidade com a arquitetura do *OpenEHR* (*Open Electronic Health Record*). O *OpenEHR* é uma norma de arquitetura de informação aberta que descreve o armazenamento, a validação e a troca de Registos de Saúde Eletrónicos (RSE) com o objetivo de alcançar/promover a interoperabilidade. Esta pode ser definida como a capacidade de diferentes sistemas comunicarem, trocarem dados e utilizarem informação, em três níveis: fundacional, estrutural e semântico. A troca de dados e normas deve permitir a partilha e colaboração entre os diferentes profissionais de saúde e as valências das instituições de saúde, independentemente da aplicação ou do seu fornecedor.

A Comissão Europeia (CE) pretende que, até 2015, o desenvolvimento da interoperabilidade global dos Sistemas de Informação em Saúde (SIS) europeus seja uma realidade. Neste sentido, é necessário reunir esforços que pas-

sam, entre outros, pela legislação sobre a proteção de dados e pela utilização de normas internacionais para a normalização da informação e a sua partilha. A CE considera que a normalização facilita o desenvolvimento tecnológico e possui grande importância económica, permitindo criar economias de escala, acelerar a inovação e difusão de novos produtos e serviços, reduzir os custos com equipamentos e aumentar a competitividade de empresas, indústrias e regiões.

Nos países da União Europeia a caracterização da informação associada aos cuidados de saúde tem

obedecido a normas e modelos diversos definidos para contextos restritos e específicos e, por vezes, incompatíveis. Esta diversidade traduz-se numa dificuldade na prestação de cuidados de saúde transfronteiriços, podendo gerar riscos para a saúde do cidadão, uma vez que a interoperabilidade dos sistemas não está assegurada.

Para conseguir a interoperabilidade transfronteiriça recomenda-se que os estados-membros se empenhem política e estrategicamente na implantação a nível local, regional e nacional de sistemas RSE que sejam também capazes de interoperar com os sistemas RSE de outros estados membros. Através da interoperabilidade, os sistemas de informação em saúde podem trabalhar de forma colaborativa, dentro e através das fronteiras organizacionais, de forma a tornar a prestação de cuidados de saúde mais eficiente e eficaz para cidadãos e comunidades.

É reconhecido que o RSE contribui significativamente para a

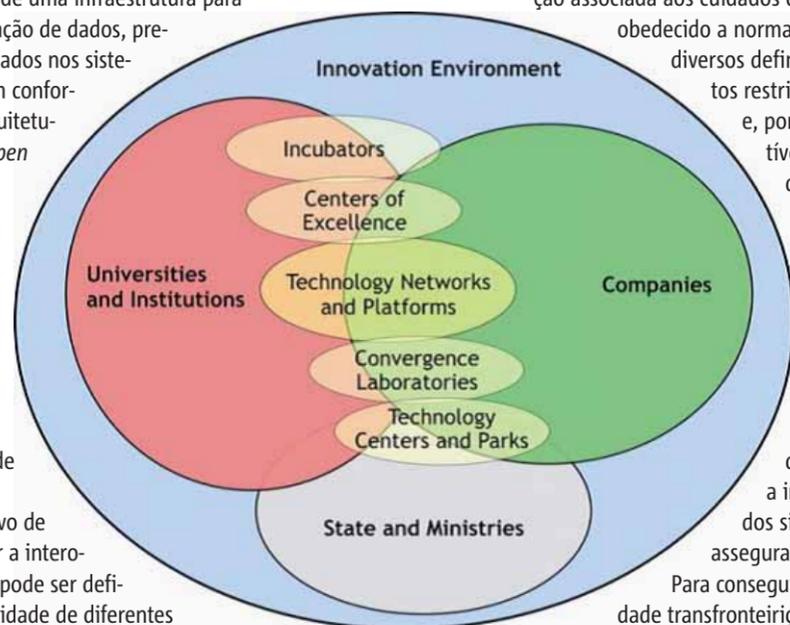


Fig.1 – Modelo Triple Helix



in E-Health Task Force Report – Redesigning health in Europe for 2020

qualidade e celeridade da prestação do serviço ao cidadão. Em Portugal é uma das prioridades para a área da saúde. Tendo em conta que os Açores possuem um sistema de saúde autónomo que coexiste com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os seus subsistemas públicos e privados, é importante a criação de um RSE regional compatível com o nacional e com a recomendação europeia. Neste sentido, há que refletir sobre um modelo de organização mais abrangente, participado e colaborativo, para uma evolução sustentada e inovadora dos SIS na Região Autónoma dos Açores. Um modelo inspirado no *Triple*

Helix poderá contribuir para fazer emergir essa organização e participação, envolvendo governo, universidade e empresas, considerando os diferentes papéis que podem assumir nesta inovação. Em particular, o governo é regulador, promotor e financiador de iniciativas; a universidade forma os recursos humanos e estimula a transferência tecnológica, participando em conjunto com as empresas no desenvolvimento de SIS. Este desenvolvimento deve seguir uma abordagem orientada a serviços de integração dos vários sistemas de saúde regionais e com o SNS e, por esta via, com a UE.



9ª Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação

Este trabalho, em formato de artigo curto, foi aceite para publicação e será apresentado na 9ª edição da Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação, que decorrerá em Barcelona de 18 a 21 de junho. Esta é uma conferência anual onde são

apresentados e discutidos conhecimentos, novas perspectivas, experiências e inovações no domínio dos sistemas e tecnologias de informação. Os artigos publicados são disponibilizados na Xplore/IEEE e indexados em EBSCO, EI, INSPEC, ISI e SCOPUS.